



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Memória de Reunião

Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte

01/09/2016 – Secretaria Municipal de Educação, Av. Rio de Janeiro, 860. Indaiá -
Caraguatatuba / SP

Pauta:

- Deliberação das propostas de enquadramento do mapa base revisado para os municípios de Ubatuba e Caraguatatuba.

A reunião teve início às 10h40, com a exposição de Eduardo Trani (Coordenador da CPLA/SMA) sobre a composição do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte e o processo de revisão do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Solicitou que os membros do Grupo Setorial se apresentassem, levando em consideração a presença da população que não acompanha continuamente os trabalhos desse grupo.

Gil Scatena (CPLA/SMA) explicou o processo de elaboração do mapa de revisão do ZEE, expondo as reuniões realizadas em cada município, com a presença de representantes das prefeituras municipais e da sociedade civil, cujas discussões resultaram em pontos de consenso e de divergência. Propôs que a prefeitura municipal de Ubatuba iniciasse a discussão, apresentando os pontos de divergência em relação ao mapa apresentado pela SMA e enviado previamente aos representantes do Grupo Setorial.

Juan Prada (Prefeitura de Ubatuba) comentou sobre as dificuldades de processo, impostas pela própria Lei Estadual nº 10.019/1998, e a respeito da composição do Grupo Setorial. Relatou que foram realizadas, no município, 12 reuniões públicas e 29 reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente para discutir o GERCO. Na sequência, elencou as divergências entre os pleitos da prefeitura e o mapa proposto e enviado pela SMA.

Iniciando a discussão pela faixa entremarés, pontuou que o Conselho Municipal solicitou a revisão da Barra Seca, de Z4M para Z2ME, a pedido da comunidade tradicional ali residente e a reversão da Z2M na área de mangue para Z1M. Não houve oposição a esses pedidos, sendo acatados, portanto. Helbert Silva, pescador da Barra Seca manifestou que ali, na parte terrestre, o enquadramento em Z4T foi feito em 2004 sem consulta aos tradicionais, que jamais iriam concordar com isso, dada a presença de mangue e caxetal.

Juan retomou a discussão da faixa entremarés na Ilha das Couves, para reversão de Z2M em Z2ME, a pedido das comunidades tradicionais. A proposta foi



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

acatada, sem contestação. A maricultora Celia Paula expressou que a comunidade não foi consultada inicialmente, por isso solicitaram o ajuste para Z2ME.

Edson Lobato ('Fredê' - ICC) passou a palavra a representantes das comunidades tradicionais que ainda possuíam questionamentos em outros pontos da faixa entremarés, além dos já apresentados pela prefeitura. Roberto Ferreira (Enseada) apresentou a proposta de Z2ME na Praia da Enseada, justificando que não há interesse em estruturas náuticas ali, em área que foi grafada pela SMA como Z4M. Sergio Bindel (ANUBA) pediu a palavra para explicar que a proposta previa adequação às atividades na retroárea da praia. Afirmou não haver necessidade de instalação de estruturas náuticas na praia, mas questionou se a Z2ME impediria o lançamento de embarcações. Lucia Sena (CPLA/SMA) afirmou que o zoneamento entremarés não impede o lançamento de barcos, o que não comprometeria a demarcação da área como Z2ME, conforme solicitado pelas comunidades tradicionais. Sergio Bindel solicitou, então, que constasse em ata que o novo enquadramento proposto não iria interferir nas atividades já efetuadas de lançamento de embarcações. A proposta de Z2ME, consubstanciada pela prefeitura de Ubatuba, foi aprovada por unanimidade para a Enseada.

Roberto ponderou ainda que foram demarcadas Z4M sem consulta à população no Perequê Mirim e na Ponta do Espia. Na Ponta do Espia, reforçou que existe pesca artesanal de 11 famílias caiçaras, um cerco escola flutuante e dificuldades de acesso em decorrência do fechamento de viário provocado pela instalação de condomínio.

Marcos dos Santos (caiçara e jornalista) apresentou uma proposta de Z2M no Perequê Mirim, alegando que a praia já está sempre com qualidade imprópria e que numa praia de 800m, já existem três marinas instaladas. A proposta de Z2M no Perequê Mirim foi acatada sem questionamentos.

Sergio Bindel pediu a palavra para esclarecer que a situação proposta pelo zoneamento da faixa entremarés não foi um pleito das marinas, que expressaram suas demandas em relação ao zoneamento terrestre. Alegou também que a poluição das praias não é exclusividade da atuação das marinas, pois os rios muitas vezes já chegam poluídos ao mar. Não se opôs à Z2M no Perequê Mirim.

Roberto (Associação Náutica) solicitou que constasse em ata que a possibilidade de lançamento de embarcações na área não seria prejudicada com o reenquadramento proposto na faixa entremarés.

Juan apresentou, na sequência, o zoneamento terrestre. Comentou que em Ubatuba há uma área grande de zonas agrícolas, e que o município aderiu à proposta de manutenção dessas áreas.

Iniciou a exposição do zoneamento terrestre pela Maranduba, que se configura por um elevado crescimento demográfico e pela localização privilegiada no que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

se refere ao escoamento da produção. A proposta de Z5 até a praia foi rediscutida no Conselho Municipal. A contraproposta apresentada hoje prevê uma Z4 no sertão do Araribá; uma Z4 próximo ao mangue/praias; uma Z4OD ao longo da rodovia e uma Z3 no emblemático sítio do Araribá.

Trani explicou que a proposta apresentada pela SMA buscava incorporar a Z5 proposta como expansão urbana pelo município e a Z3 próxima ao rio da Prata para possibilitar a conectividade de fragmentos ao longo da rodovia.

Fredê passou a palavra a Jessica dos Santos, representante dos moradores do sul de Ubatuba, que mencionou a solicitação dos pescadores, sendo de Z4 na Barra, o que já consta na contraproposta apresentada pela prefeitura.

Maria Inez Ferreira (Associação Ilhabela Convention & Visitors Bureau) questionou se a demarcação de Z4OD na rodovia iria comprometer a conectividade proposta pelo mapa da SMA. Os técnicos da SMA foram consultados nesse momento e não se opuseram à proposta apresentada pela prefeitura de Ubatuba. A proposta da prefeitura para toda a área da Maranduba foi aprovada.

Outro ponto de divergência apresentado por Juan refere-se à Folha Seca, cuja explanação foi feita por Milena Franceschinelli. Esta alegou que já há uso consolidado na área, enquadrada como Z1, que deveria ser revertida para Z3. O manejo florestal é realizado ali desde a década de 80; foi interrompido pelo falecimento do proprietário, mas está sendo retomado. A matrícula da área é grande, mas há possibilidade de atingir a meta de conservação, protegendo o mangue. Há intenção ainda de implantação de um viveiro florestal para comercialização de mudas.

Trani expôs que qualquer proposição sobre as áreas de Z1 deve ser muito bem fundamentada e discutida, por serem as áreas ambientalmente mais sensíveis.

Neto (Associação Amigos da Preservação de Ubatuba) solicitou redução do polígono de Z3 apresentado. Pontuou diversos estudos realizados na região sobre manguezais, alegando que o laudo da proprietária é superficial. Antonio (morador do Sertão da Quina) relatou que a área é objeto de incursões para observação de aves, atividade que poderia ser impactada com o empreendimento proposto e solicitou a manutenção de Z1. Carolina Lima (Prefeitura de Ubatuba) relatou que a Z3 não acarretaria impactos negativos ao manguezal e que o projeto deveria incluir frutíferas para manter as atividades de observação de aves.

Carlos Zacchi (Fundação Florestal) ressaltou que a área é importante para a biodiversidade e também para os usos de agrofloresta pela comunidade tradicional. Não se oporia à Z3 se não estivesse grafada sobre o mangue.

Trani propôs que, como o perímetro não foi previamente demarcado, a área fosse enquadrada como Z1 no momento, sendo levada a discussão sobre a Z3 na audiência pública, para maiores contribuições.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Marcos dos Santos expressou que as justificativas não foram bem colocadas pela APPRU (ONG Amigos na Preservação, Proteção e Respeito a Ubatuba) e que a reversão de 50ha de Z1 para Z3 é muito grande, sobre o maior mangue do município. Milena contrapôs as argumentações de que não foram apresentadas justificativas técnicas suficientes para essa reversão, pois foram enviados ofícios à SMA e à prefeitura, com laudos realizados por engenheiros. Trani ponderou que o perímetro não foi encaminhado, o que possibilitaria uma análise mais cuidadosa pela SMA.

Fredê alegou que a agrofloresta é uma atividade importante ao meio ambiente, mas outros estudos e ações deveriam ser feitos para garantir sua efetiva aplicação. Juan afirmou que a SMA solicitou, de fato, argumentos mais consistentes para a reversão dessa área. Não houve alteração, portanto, na Folha Seca, demarcada como Z1, cuja proposta de alteração para Z3 poderá ser reapresentada em audiência pública.

Juan pontuou que na praia do Lázaro, o Conselho Municipal solicitou a manutenção da proposta da prefeitura, de Z4 até a cota 40, alegando tratar-se de área de expansão do bairro. Carlos Gomes (Associação Polo Produtivo de Ubatuba) pontuou que a Z4 não iria agredir a paisagem.

Tami Ballabio (Coletivo das Entidades Ambientais de Ubatuba) pontuou que essa área nunca foi um consenso no Conselho Municipal. Questionou a justificativa de expansão urbana apresentada, em área de vegetação densa.

Ulysses Miguez, com palavra cedida por Carlos Gomes, relatou que em todo o Lázaro e Domingas Dias, a cota utilizada foi a 40, exceto nesse pedaço. A intenção é possibilitar que todas as famílias antigas do Lázaro sejam contempladas em Z4, conforme votação dos moradores do Lázaro. Marcos dos Santos questionou se Ulysses é representante titular do Grupo Setorial.

Trani questionou se há possibilidade de algum consenso ali ou se poderia colocar as propostas de Z1 ou Z4 em votação. Ressaltou que as propostas devem ser analisadas sem pensar no proprietário da terra, mas nas implicações do enquadramento. Ulysses questionou se em Z2 ou Z3 conseguiria alojar as famílias em módulos rurais, cuja resposta foi afirmativa. A prefeitura readequou, então, sua proposta para Z2 até a cota 40 nesse ponto.

Rosana (moradora do Lázaro), com palavra cedida por Fredê, não acredita que a expansão de Z4 estaria prevista para a população de baixa renda, mas sim pautada em interesses próprios. Trani explicou que a proposta de Z4 foi refeita para Z2 e questionou se as comunidades tradicionais se oporiam à Z2. Melina (IPEMA) destacou que há uma vegetação importante ali e um declive considerável, sendo necessária uma grande intervenção para viabilizar qualquer tipo de ocupação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Em votação, a proposta de Z2 em parte do Lázaro apresentada pela prefeitura foi aprovada, com 12 votos (Natalie Cardozo, Auracy Mansano, Marcos Couto, Paulo André, Mauricio Calil, Ronaldo Monteiro, Ricardo Rubson, Eduardo Hipolito, Jerri Moraes, Carolina Lima, Carlos Gomes e Juan Prada). Foram 11 votos contrários a essa proposta (Carlos Zacchi, Alfredo Gimenes, Wanderley Soares, José Pedro Fittipaldi, Venâncio Azevedo, Daniel Fernandes, Ana Flávia Oliveira, Maria Inez Ferreira, Claudio Tiago, Edson Lobato e Eduardo Trani).

Paulo André justificou seu voto alegando que em São Sebastião, no dia anterior, áreas semelhantes foram grafadas como Z2 pela própria SMA. Carlos Zacchi justificou seu voto alegando que a vegetação ali é contínua ao PESM. Jerri Moraes (Colônia Z-10) justificou seu voto argumentando que a Z1 poderia travar os moradores ali residentes. Nesse momento, Maria Capucci (Ministério Público Federal) contrapôs que nenhum morador tradicional seria despejado de lugar algum.

Maria Inez solicitou questão de ordem, para que fosse respondido o questionamento de Marcos dos Santos a respeito da composição do grupo setorial. Trani respondeu que a composição do Grupo Setorial está regular, com os representantes sentados à mesa.

Juan passou ao próximo ponto, no Saco da Ribeira, com proposta de readequação para Z4 na área ocupada e de Z2 na área não ocupada acima da rodovia. A proposta da SMA para a área era de Z5OD e Z4, respectivamente.

Tami solicitou que a Z4 acima da rodovia se circunscrevesse somente sobre a área ocupada. Sergio Bindel explicitou que se trata de sua empresa, a Marina Kawai, e que a proposta de Z5 foi colocada antes da alteração da Lei Estadual 10.019, que passou a acolher marinas em Z4. Diante dessa alteração, são favoráveis à Z4. Argumentou ainda que, muitas vezes, o setor náutico é tratado como vilão, protestando que o segmento é sério, acolhendo diversos pescadores que não possuem mais renda com a pesca, por exemplo. A proposta colocada pela prefeitura no Saco da Ribeira, de Z4 na área ocupada e Z2 na área não ocupada acima da rodovia, foi aprovada por consenso.

Em Itamambuca, Juan pontuou que o loteamento, anterior ao ZEE vigente, está em disputa, pois há lotes embargados. A intenção da prefeitura era colocar todo o loteamento em uma mesma zona. A proposta da prefeitura para a área seria enquadrar a área do ranário como Z3, a área ocupada como Z4OD e a área vegetada em Z1, formando dois corredores.

Paulo Cesar (guia turístico) explicou a situação do bairro, argumentando ainda que o rio Itamambuca está constantemente com a qualidade ruim. Solicita Z2 no bairro.

Glauca (moradora de Itamambuca) solicitou revisão de limites, para que a área ocupada fosse grafada em Z4OD, excluindo o haras e a área defronte a este, que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

possui vegetação em regeneração. Argumentou que faltou clareza quanto ao zoneamento do GERCO, e que o presidente da associação de bairros estava ausente da reunião no momento da votação.

Helena Kawall (Prefeitura de Ubatuba) pontuou que essa proposta é acolhida pela proposta apresentada pela prefeitura. Glaucia alegou que há divergências com relação a alguns limites, e Trani ponderou que esses ajustes poderiam ser feitos posteriormente em conjunto com a prefeitura.

O índio da Aldeia Boa Vista solicitou que constasse em ata que as terras indígenas e as comunidades quilombolas acima da rodovia estão em processo de revisão dos seus limites.

Trani pontuou que não há restrições do Estado em acatar a proposta da prefeitura, que é mais restritiva para a área.

Paulo Cesar expôs divergência em parte do condomínio, que deveria ser grafada conforme 2004, deixando a ocupação recente e ilegal em Z2, ao invés de Z4OD. Ivo Lorenzetti (Associação dos Moradores de Itamambuca) questionou se haveria necessidade de alteração do zoneamento. Helena relatou preocupação em grafar situações de ocupação iguais em zonas diferentes, argumentando ainda a presença de equipamentos urbanos de comércio/serviços no início do loteamento. Helena propõe a manutenção da Z4OD ali.

Walquiria Picoli (Ministério Público Federal) argumentou tratar-se da mesma situação discutida no dia anterior, na área da Juréia em São Sebastião, em que se propõe beneplácito a loteadores irregulares.

Juan solicitou um tempo para acordar com a comunidade e com o Ministério Público uma proposta para a área. Mauricio Calil (Prefeitura de Ilhabela) ponderou que as zonas deveriam ser demarcadas de acordo com sua aplicação, alegando que a zona não interfere na questão jurídica e nem serve para regularizar erros da prefeitura. Juan apresentou a proposta da prefeitura, acordada com as comunidades ali presentes, validando a Z2 do ZEE 2004, exceto na área ocupada da vila que deve ser mantida em Z4OD. Não houve oposição, e a proposta apresentada pela prefeitura para Itamambuca foi aprovada por consenso, com demarcação de Z2 igual ao ZEE 2004; Z4OD nas áreas ocupadas; Z3 no ranário e Z1 em corredores de vegetação.

Juan expôs que não havia mais divergências a trazer por parte da prefeitura e do que foi discutido no Conselho Municipal. Alegou, porém, que recebeu manifestações na última semana, deixando em aberto para que as pessoas se manifestassem a partir de então.

Trani explanou que as manifestações seriam ouvidas, mas que deveriam ser apresentadas posteriormente em audiência pública, visto que não seriam deliberadas hoje sem análise prévia.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Lurdes (caiçara do Ubatumirim) pontuou que toda a orla do Ubatumirim foi grafada em Z4OD, mas a comunidade precisa se reunir com os órgãos competentes para esclarecer o que representa cada zona, para que possam decidir questões de zoneamento.

Mario Ricardo Oliveira (morador do Ubatumirim) explanou que todos teriam o direito a votar por si, não pelos outros. A discussão sobre o zoneamento não está clara, porque o trabalho não foi participativo. Há pessoas achando que suas casas serão demolidas.

Trani explicou que não há consulta popular no âmbito desse colegiado. Esse colegiado é regulado e tem suas atribuições definidas por lei, mas alegou que as reuniões desse grupo setorial são abertas e que haverá audiências públicas, uma por município, em breve, para discutir a proposta com a população.

Nailto (Quilombo da Caçandoca) alegou que a comunidade quilombola da Caçandoca não foi consultada e que eles não têm conhecimento sobre as discussões desse grupo.

Thatiana Lourival (Fórum de Comunidades Tradicionais) argumentou que viu serem discutidos na reunião de hoje os pontos divergentes. Entretanto, apesar de não existir concordância sobre o zoneamento proposto para o Ubatumirim, este ponto não vai ser discutido hoje. Entende que este ponto deveria ser discutido e deliberado, sob risco de enviar um ofício solicitando a impugnação do processo, que não consultou as comunidades tradicionais e não possui, em sua composição, votos de representantes das comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras. As comunidades tradicionais só podem ser representadas por populações tradicionais, não pela sociedade civil. Expôs ainda que o Ubatumirim é uma área de especulação imobiliária. O quilombo da Fazenda foi grafado erroneamente como Z1 e as aldeias não estão demarcadas no mapa.

Maria Capucci reafirmou a manifestação de Thatiana, alegando que desde 2013 expõe que as comunidades tradicionais devem ter representação no fórum, e que as discussões de mapa e texto devem ser levadas até eles, que não possuem condições de se deslocarem até os locais das reuniões. Essa premissa deve ser cumprida, para não comprometer a legalidade de todo o processo.

Lucia Sena esclareceu que o grupo setorial tem a atribuição legal de discutir uma proposta, obedecendo regramentos gerais. As discussões se dão nesse grupo restrito para garantir uma proposição técnica, mas a participação pública está prevista. Lembrou que os representantes desse grupo setorial foram eleitos em 2015, em processo democrático; que a proposta de revisão do GERCO-LN está em discussão há 7 anos, e que o município de Ubatuba, especificamente, fez diversas reuniões públicas para discutir o GERCO. Afirmou ainda que o Estado tem interesse em reparar eventuais erros quanto ao processo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Trani explanou que o Estado, como um todo, deve atender as disposições da OIT. O processo de consulta não foi finalizado. Alegou ser impossível efetuar reuniões com todas as comunidades tradicionais, e que foram relatadas reuniões municipais com participação dessas comunidades feitas pelas prefeituras, embora aparentemente não tenham sido suficientes. Propôs que o município de Ubatuba realize uma reunião, prévia à audiência pública, sob auspício do grupo, para discutir com as comunidades tradicionais a proposta aqui deliberada, para colher posicionamentos.

Juan argumentou que estavam previstas a realização de três reuniões no município com essa intenção, posteriores a essa deliberativa. Argumentou que realizaram reuniões na região norte do município, e que diversos pleitos foram pontuados, assinados pelos presidentes das associações, a serem verificadas a sua representatividade perante aos demais moradores. Solicitou a presença do Ministério Público, da CPLA e da CETESB nas reuniões a serem realizadas, para que fossem feitos os esclarecimentos necessários.

Fredê argumentou que fez, anteriormente, essa mesma solicitação aos municípios de Ilhabela e São Sebastião, reafirmando o pedido de que as prefeituras levem as discussões do dia anterior às comunidades tradicionais desses municípios. Trani fará a solicitação por email aos municípios, entendendo que essa iniciativa deve ser tomada por eles para sua organização, com apoio dos representantes dos órgãos do estado. Alfredo Gimenes, da Secretaria Estadual de Turismo se colocou à disposição para acompanhar as discussões e auxiliar no fomento ao turismo dessas comunidades.

Mauricio expressou concordância prévia a essa tratativa, mas mostrou-se preocupado quanto ao prazo a ser estabelecido, em decorrência do período eleitoral, para não configurar práticas ilegais.

Maurici Silva (Ubatuba) relatou a importância da presença do Fórum de Comunidades Tradicionais, e que sempre afirmou ser necessário uma participação mais ampla para compreender os interesses dessas comunidades. Ressaltou o fato de que muitas comunidades estão inseridas dentro dos limites dos Parques Estaduais, e que esses territórios devem ser regularizados.

Helena (moradora de Ubatuba) questionou a representação de Ulysses Miguez no Grupo Setorial, querendo entender o processo de eleição. Argumentou que há situações de sedução e terrorismo, atreladas à falta de informação quanto ao GERCO, em que algumas pessoas expõem argumentos que induzem a um entendimento errado. Questionou a Z4OD sobre o mangue em dois pontos no Bacuí.

O índio da Aldeia da Boa Vista solicitou que todos os membros das comunidades fossem convocados para as reuniões e que as aldeias também devem ser respeitadas, inclusive quanto à revisão de ampliação dos limites.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Domingos (morador da Sete Fontes) solicitou que a praia de Sete Fontes fosse mantida em Z2, para possibilitar a continuidade do trabalho dos tradicionais, alegando não aceitar a implantação de estrada ali.

Rildo (Associação da Praia de Ubatimirim) discorda que a Z2 e a Z4 não estejam esclarecidas. Alega que essas definições foram bem esclarecidas nas reuniões com o Juan. Há posicionamentos muito diferentes numa mesma área. Argumenta que tradicional é aquele que nasceu no bairro, cujos pais e avós também nasceram ali, não aquele morador que chegou ali há 2 ou 3 anos. O tradicional, de fato, tem mais de 500 anos de tradição, na cultura, na agricultura e no turismo.

Eduardo (morador do Ubatimirim) esclareceu que a associação do Ubatimirim convocou todos para participarem da reunião, e que as críticas estão vindo de quem não participou dessas reuniões. Afirmou que 99% do Ubatimirim é favorável à proposta apresentada pela prefeitura.

Thatiana fez uma proposta de encaminhamento que as comunidades que se sintam lesadas pela proposta de zoneamento façam contato com as prefeituras, para agendamento de reunião e discussão dos mapas. Embora ainda não seja o ideal, houve ganhos importantes pelas comunidades hoje.

Sergio Maida (Ubatuba) se mostrou contrário à demarcação de Z4 na praia da Fortaleza, que deveria ser mais restritiva.

A reunião foi suspensa para almoço às 14h, com previsão de retorno às 15h, para deliberação sobre a proposta de Caraguatatuba.

A reunião foi reiniciada às 15h35. Gil Scatena explicou o processo de elaboração do mapa proposto pelo Estado e lembrou os procedimentos para discussão dos pontos divergentes à proposta apresentada. Primeiro, tais pontos seriam colocados pelas prefeituras e sociedade civil, e depois pelos demais presentes, que poderiam se manifestar a partir de algum membro do grupo setorial.

Auracy Mansano (Prefeitura de Caraguatatuba) iniciou suas colocações agradecendo a todos da prefeitura de Caraguatatuba e, em especial, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, pelas diversas discussões internas no processo de revisão do GERCO. Parabenizou o Estado e lembrou dos presentes que participam ativamente do GERCO desde 1997/1998.

Pontuou que, na discussão do Plano Diretor, os municípios optaram pelo distanciamento das atividades industriais mais impactantes da área central/residencial. Assim, a área de expansão urbana industrial do município no Plano Diretor foi grafada sobre a Z3 do ZEE vigente na Fazenda Serramar. O Estado reviu a proposta inicial do município e estabeleceu uma Z5 com área de 294,6ha, apenas na faixa lindeira ao Contorno Sul e em área muito próxima a uma vegetação importante no Jardim Gaivota, grafada como Z2. A



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

contraproposta do município é rever os limites dessa Z5 em direção à UTGCA, em área aproximada à proposta do Estado, de 305,3ha.

Paulo André Ribeiro (Cooperativa Maranata) esclareceu que a configuração proposta afasta as estruturas industriais do PESM, sendo delimitada pelo viário, com acesso à água e ao viário já implantado. Toda a área da bacia do manancial do Juqueriquerê estaria preservada em Z3.

Trani pontuou a grande responsabilidade do GERCO sobre a área de expansão urbana do município de Caraguatatuba. Essa discussão foi um grande entrave ao longo dos últimos anos. Há visões dicotômicas para a área. Pela cautela ambiental, não seria possível condenar toda a área da planície em uma Z5. Neste contexto, a SMA fez uma proposta mais razoável, a partir de estudos de área necessária para atividades de retroporto, expansão urbana, etc., considerando ainda os anseios do município de afastar a área residencial das indústrias de maior impacto. Assim, demarcou uma Z5 ao longo do Contorno Sul. A contraproposta da prefeitura apresentada hoje é vista com bons olhos, pois o princípio está mantido, de proteção ao meio ambiente, melhor acesso logístico e ocupação sobre uma área com infraestruturas já instaladas.

Auracy comentou as críticas recebidas pelo ZEE 2004, que demarcou uma área pequena de Z5, entremeada à zona urbana central no município, mas lembrou que essas falhas estão atreladas ao fato do Litoral Norte ser o primeiro ZEE do país. Entende que outros municípios demarquem Z5 em suas áreas centrais, mas essa não é a intenção expressa por Caraguatatuba em seu Plano Diretor.

Fredê solicitou comparativo com o zoneamento vigente e questionou o Ministério Público sobre problemas jurídicos em transformar uma área rural em urbana, no contexto da zona de amortecimento do Plano de Manejo do PESM. Maria Capucci explanou que é incompatível transformar uma área rural em urbana, e que seria necessário checar o status da área. Auracy argumentou que ali é uma área de expansão urbana do município, grafada no Plano Diretor.

Bruno Gios (assessor do Ministério Público) questionou, com palavra cedida por Fredê, a possibilidade de restringir o zoneamento em fragmentos de vegetação ao Sul da Serramar, grafados como Z5OD. Paulo André argumentou que há 112 chácaras parceladas sob o fragmento. Auracy mencionou os dispositivos da Resolução SMA nº 31/2009, que prevê taxa de 30% de preservação mínima ali.

Daniel Fernandes (Secretaria Estadual de Logística e Transportes) questionou sobre a estrada de acesso ao município. Paulo André explicou que a estrada para a UTGCA já existe, se conectando a um viário de acesso à duplicação da Tamoios. Matheus Penido (Associação dos Lojistas do Serramar Parque Shopping) explicou que a Petrobras solicitou acesso de servidão em um trecho de duplicação da Tamoios. Com a previsão de desenvolvimento das atividades, porém, haveria interesse na liberação de outro acesso, à medida em que o projeto se desenhar (como condomínio/ loteamento industrial).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Trani sugeriu encaminhar a contraproposta apresentada pela prefeitura. A proposta de Z5 na Fazenda Serramar, em polígono limitado pelo viário em direção à UTGCA foi aprovada por consenso.

A segunda área de divergência apresentada refere-se ao sertão da Tabatinga. Auracy pontuou que, em 2004, a área foi grafada como Z3. Hoje, a proposta da SMA é Z1. Porém há chácaras de mais de 20 anos no local. Carlos Zacchi questionou o tamanho do polígono para enquadrar as chácaras em Z2. Paulo André relatou a presença de RPPN e Juan, de sítios ocupados, mas ainda densamente vegetados próximos à rua de servidão.

Auracy propôs uma Z2 com polígono reduzido para incluir as chácaras, sendo delimitado em parceria com a Fundação Florestal, para não comprometer o caxetal. Desta forma, a contraproposta da prefeitura foi colocada em discussão e a Z2 no sertão da Tabatinga foi acatada por consenso.

A prefeitura de Caraguatatuba relatou não existir mais divergências quanto ao mapa.

Fredê abriu a palavra para Ana Rosa, moradora de Caraguatatuba, que relatou falta de envolvimento da comunidade na proposta do município. Marcia Medeiros (Procuradoria Municipal de Caraguatatuba) foi nomeada desde 2004 para acompanhar o Plano Diretor do município, aprovado após 9 audiências públicas e mais de 100 reuniões públicas com a comunidade, comprovadas em documentação. A proposta de Caraguatatuba para o GERCO reflete o que foi discutido e aprovado no Plano Diretor. Eventuais falhas do Plano Diretor poderão ser revistas a partir de novembro, quando se completa o prazo mínimo para sua revisão. Fredê entende que a solicitação das comunidades é para participação ativa no processo do GERCO, e não do Plano Diretor. Auracy mencionou que comunidades pesqueiras e de maricultores foram consultadas, com reuniões específicas em sítios do município e que a sociedade civil participou de ambos os processos.

Roberval Saad (Instituto Ilhabela Sustentável) sugere que o grupo setorial deve priorizar uma boa divulgação das audiências públicas, para que a população em geral possa participar, após reconhecer reclamações semelhantes a essa nos outros municípios. Maria Inez solicitou que a divulgação não fique a cargo de cada município e Ricardo Rubson (prefeitura de São Sebastião) relatou as complicações para divulgação em período eleitoral.

Marcos Couto (Instituto Ambiental Ponto Azul) expôs que o mapa do Estado não possui Z4M no zoneamento marinho, o que corrobora as opiniões dos moradores da Tabatinga.

Sobre o processo do GERCO, Marcos Couto lembrou que todas as reuniões são públicas, mas que esse Grupo Setorial possui ritos. Sugeriu, então, que as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

divulgações das reuniões sejam acompanhadas do Regimento Interno do colegiado, que precisa ser seguido.

Maria Inez solicitou que constasse em ata sua saudação à SMA por recepcionar as manifestações das comunidades tradicionais presentes na reunião. Fredê ressaltou que todas as intervenções propostas pelas comunidades tradicionais foram cedidas pelos representantes da sociedade civil de Ilhabela e São Sebastião, exclusivamente.

Trani agradeceu ao município de Caraguatatuba, pela recepção e apoio na realização das reuniões. Expressou agradecimentos à equipe da SMA (CPLA, CETESB, FF, PAmb, CBRN e IG), aos representantes do Estado e em especial, à Lucia Sena, pela dedicação e condução dos trabalhos.

Propôs como encaminhamentos que na segunda e terça seguintes, os municípios façam o ajuste fino dos limites das zonas por meio de seus representantes Ricardo Rubson (São Sebastião), Ronaldo Monteiro (Ilhabela), Helena Kawall (Ubatuba) e Marcia Sato (Caraguatatuba), para que o mapa da audiência pública seja plenamente acordado entre as partes. Na sexta-feira, dia 9/10, todos os representantes do GERCO receberão o texto e o mapa final deliberados. Dessa forma, o colegiado cumpriria oficialmente sua função.

Ressaltou a proposição de reuniões específicas com as comunidades tradicionais para esclarecimentos sobre o GERCO, atentando-se para não chocar com as legislações eleitorais. Solicitou que constasse em ata que essa consulta pública deve preceder a realização das audiências públicas.

Com relação aos próximos passos, será enviado um email da secretaria executiva aos municípios, para confirmação das datas e locais das audiências públicas, a serem realizadas após as 17h nos dias de semana. Todas as audiências públicas serão realizadas após as eleições municipais e o material de consulta deve estar disponível com antecedência mínima de 30 dias.

Há um compromisso da Secretaria de Estado do Meio Ambiente em priorizar o GERCO, com expectativa de apresentação da proposta de revisão ao Consema na primeira semana de dezembro.

Juan questionou o prazo em que o material para as reuniões informativas com as comunidades seria disponibilizado. Trani mencionou que o texto e o mapa serão disponibilizados na sexta-feira, dia 09/10.

Paulo André parabenizou Trani pela condução dos trabalhos e também ao grupo setorial, que mesmo com opiniões divergentes, chegou a um consenso. Auracy agradeceu pela menção à recepção promovida pelo município de Caraguatatuba. Jerri parabenizou pela decisão de realizar as audiências públicas após o período eleitoral.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Maria Capucci relatou acompanhar o GERCO desde 2013. Apesar dos embates, gostaria de parabenizar ao grupo, pois o resultado produzido é muito mais legítimo e bem-sucedido com as discussões. Quando o processo participativo é viabilizado, dificulta-se sua judicialização. Para algumas falhas, já foram apontadas soluções, como a realização das reuniões com as comunidades tradicionais. Parabenizou Trani e a SMA pela condução do processo.

Marcos Couto expôs que as prefeituras têm um dever de ofício em estar aqui. Algumas com mais apoio e recursos técnicos, outras com menos. Em ambos os municípios, as pessoas se dedicaram e se comprometeram a realizar o trabalho da melhor forma possível. Nos embates e conflitos expostos, o pluralismo de opiniões é o melhor fator de aprimoramento do trabalho. É também o mais difícil, mas o que mais regula as diferenças. Pediu que os representantes, entretanto, restrinjam tais diferenças ao campo das idéias. Agradeceu especialmente à equipe CPLA, pelo pronto atendimento nos esclarecimentos e apoio ao longo do processo.

A reunião foi encerrada às 17h.